



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2017
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
-------------	-----------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADES CORRECIONADAS	VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS E POSTO AVANÇADO DE IPORÁ
------------------------	---

DATA DE INSTALAÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS:	11/12/1992
--	------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE IPORÁ (CONVERTIDA EM POSTO AVANÇADO EM 25/02/2014 – RA 21/2014):	27/01/1993
--	------------

JUIZ TITULAR:	EUNICE FERNANDES DE CASTRO
---------------	----------------------------

TITULAR DESDE:	24/01/2013
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	10/11/2015
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/05/2016 a 30/04/2017
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
Ana Flávia Guimarães de Paula	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2014	2015	2016	2017**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.140	1.811	1.750	700
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.493	2.087	1.799	750
3	Produção	116%	115%	103%	107%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.490	1.909	1.838	692
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	857	562	506	471
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.834	1.743	1.628	1.603
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	29%	27%	54%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	25%	22%	22%	37%
9	Execuções iniciadas	958	726	724	158
10	Execuções encerradas	1.097	597	436	105
11	Execuções baixadas	1.136	836	484	133
12	Execuções pendentes de encerramento	761	885	1.049	1.031
13	Execuções pendentes de baixa	1.473	1.396	1.541	1.563
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	464	460	529	580
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	69%	72%	73%	90%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	53%	69%	79%	94%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	40%	39%	40%
18	Índice de conciliação da unidade	36%	50%	54%	51%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2017 referem-se aos meses de janeiro a julho.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	EUNICE FERNANDES DE CASTRO
Juiz Auxiliar	LUCAS CARVALHO DE MIRANDA SÁ

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade*

* No Posto Avançado as audiências são realizadas semanalmente. A cada semana a pauta é realizada por um dos magistrados.

2.3.1 – Dias da semana em que os juizes comparecem à Vara do Trabalho

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	x	x	x	X	
Auxiliar fixo	x	x	x	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3.2 – Dias da semana em que os juizes comparecem ao Posto Avançado

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	x	x	x	X	
Auxiliar fixo	x	x	x	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
	x	
Forma de revezamento: Semanal		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	135
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	176

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	x	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	400
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	22
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	18

* Dado apurado em 23/05/2017.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	43
---	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	33	0
Sentença na fase executória	18	0
Embargos de declaração	7	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	71	57
Ordinário	211	122

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	3	9
Ordinário	25	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	15	3

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	2	5

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	2	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	10	10

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	36	30
Ordinário	41	37

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 27/04/2016 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/04/2015 a 31/03/2016.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Vanderlei Alves de Mendonça	Diretor de Secretaria	Efetivo
Adriana Lourenço de Oliveira	Assistente de Diretor	Efetiva
Alan Júnior Cândido da Silva	Secretário de Audiências	Cedido Municipal
André Augusto Cavalcante Gayoso	Assistente de Juiz	Efetivo
Bruna Novais Santos Gagliano	Assistente II	Efetiva
Cristie Shelley Altino		Efetiva
Dhiogo Pereira	Oficial de Justiça	Efetivo
Leonardo Nogueira de Lima	Oficial de Justiça	Efetivo
Letícia Cavalcante Gebin Maltez	Assistente II	Efetiva
Lorena Anjos Meireles Sebba		Efetiva
Lilian Pereira Damião Nascente		Efetiva
Luciane Pereira de Almeida	Assistente de Juiz	Efetiva
Silvania Maria da Silva Lima		Efetiva
Simone Aparecida Queiroz	Secretário de Audiências	Cedida Municipal
Paula chueire Lopes de Barros		Efetiva
Ana Luísa Domingos Graciano		Estagiária
Daniela Maria Sousa de Andrade		Estagiária
Gabryela Barbosa Silva		Menor-aprendiz
Fábio Marquez de Carvalho	Chefe do Posto Avançado	Cedido Municipal
Helmes Amâncio Alves	Secretário de Audiências	Cedido Municipal
Jucyara Silva Ferreira	Oficial de Justiça	Efetiva
Ulisses Pereira de Castro		Efetivo
João Vitor dos Santos		Menor-aprendiz

4.1.2 – Recursos tecnológicos da Vara do Trabalho de São Luís de Montes Belos

Equipamento	Quantidade
Computadores	17
Notebooks	5
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	2
Leitores óticos	0

4.1.3 – Recursos tecnológicos do Posto Avançado de Iporá

Equipamento	Quantidade
Computadores	8
Notebooks	3
Impressoras	3
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	2
Leitores óticos	0

4.2 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	-
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.1 – VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.		X	
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A Unidade revisa e, se for o caso, procede à retificação dos dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto nos artigos 46 e 47 do PGC, no artigo 26, parágrafo 3º da Resolução 136/2014 do CSJT e Provimento SRC 03/2016?	X		
5	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Provimento SCR nº 3/2016)?		X	
6	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
7	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
10	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
11	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	x		Portaria TRT 18 – VT São Luís de Montes Belos 01/2014 de 10/11/2014
12	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		X	
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	-	-	As audiências iniciais estão sendo marcadas para junho/2017 em ambos ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para julho/2017 no rito sumaríssimo e outubro/2017 no rito ordinário.
14	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
15	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?		X	
16	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
17	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
18	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
19	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
20	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	x		
21	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
22	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		x	
23	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	x		Esporadicamente
24	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	x		
25	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
26	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
27	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	x		
28	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
29	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	x		
30	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do artigo 40, parágrafo 4º, da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
31	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
32	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
33	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e as datas de inscrição, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
34	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme artigo 8º da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
35	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
36	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Luciane Pereira de Almeida Vicente – PA 17265/2014, Assistente de Juiz – FC-5; André Augusto Cavalcante Gayoso, PA 17.688/2015, Assistente de Juiz, FC-5, em estágio probatório; Lorena Anjos Meireles Sebba, Assistente-FC-2; PA 20123/2015, em estágio probatório.
37	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	x		

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.2 – POSTO AVANÇADO DE IPORÁ

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.		X	
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A Unidade revisa e, se for o caso, procede à retificação dos dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto nos artigos 46 e 47 do PGC, no artigo 26, parágrafo 3º da Resolução 136/2014 do CSJT e Provimento SRC 03/2016?	X		
5	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Provimento SCR nº 3/2016)?		X	
6	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
7	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
8	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
10	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
11	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		Portaria nº 01/2014, Posto Avancado de Iporá – Goiás.
12	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		X	
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	-	-	As audiências iniciais estão sendo marcadas para junho/17 nos ritos sumaríssimo e ordinário. As audiências de instrução estão sendo marcadas para agosto/17 no rito sumaríssimo e junho/17 no rito ordinário.
14	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
15	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?		X	
16	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
17	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
18	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
19	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
20	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
21	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		

22	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
23	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Esporadicamente.
24	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		
25	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
26	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?		X	
27	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	X		
28	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
29	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
30	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do artigo 40, parágrafo 4º, da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

31	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	X		
32	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
33	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e as datas de inscrição, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
34	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme artigo 8º da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
35	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
36	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)		X	
37	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – VARA DO TRABALHO DE SLMB****6.1.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG			X
INCRA			X
JUCEG	X		
SIMBA			X
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.1.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.2 – POSTO AVANÇADO DE IPORÁ****6.2.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN			X
INFOJUD	X		
INFOSEG			X
INCRA	X		
JUCEG	X		
SIMBA			X
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias		X
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS****7.1.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1.1 - A observância à RECOMENDAÇÃO TRT 18ª SCR Nº 1/2014, de 3/07/2014, que dispõe acerca dos recolhimentos dos depósitos judiciais, provenientes de acordo homologado, em conta judicial e dá outras providências, alertando os juízes, nos processos em que houver a celebração de acordo entre as partes, que exijam, sempre que possível, que o pagamento do acordo seja efetuado através da utilização de conta judicial. No mesmo sentido deverá proceder o juízo quando da existência de depósito recursal na fase executória, determinando a transferência do mesmo para uma conta judicial....		X	
7.1.1.2 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2.1 – 13 do Relatório de Correição.		X	
7.1.1.3 - A adequação do prazo médio para julgamento de incidentes processuais na fase de execução, que atualmente se encontra em 15 dias, bem superior ao prazo previsto no artigo 885 da CLT, conforme apurado no item 3.3 do Relatório de Correição;	X		
7.1.1.4 - Que os excelentíssimos Juízes atuantes nesta Vara do Trabalho evitem a designação de audiências de encerramento de instrução quando não houver mais provas a serem produzidas, em observância ao princípio da razoável duração do processo, consagrado no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, e artigo 850 da CLT, bem como ao Provimento nº 2/2016, da Corregedoria Regional, conforme apurado nos itens 7.2.1 – 25 e 7.2.2 – 24 do Relatório de Correição....	X		

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.2 – POSTO AVANÇADO DE IPORÁ****7.2.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.2.1.1 - A observância às disposições contidas no artigo 81 do PGC, fazendo constar dos textos das atas e decisões homologatórias de acordo, além das orientações sobre as obrigações previdenciárias, a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, devendo a Vara do Trabalho expedir ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP nos termos do artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2.2 – 4 do Relatório de Correição;	X		
7.2.1.2 - Que a Secretaria expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2.2 – 12 do Relatório de Correição.		X	
7.2.1.3 - Que a Secretaria proceda ao lançamento, com regularidade, no sistema informatizado SAJ-18, dos valores decorrentes dos acordos pagos, visando à correta alimentação do sistema e-Gestão, nos termos dos artigos 163 e 170 do PGC, conforme apurado no item 7.2.2 – 5 do Relatório de Correição;	X		
7.2.1.4 - Que a unidade obedeça à estrutura mínima e sequencial de atos de execução, de ofício, antes do arquivamento dos autos, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (que substituiu a Recomendação nº 2/2011 da CGJT), inclusive com a expedição de mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia da execução e desconsideração da personalidade jurídica do devedor, quando possível, conforme apurado no item 7.2.2 – 16 do Relatório de Correição;		X	

7.3 – Constações decorrentes da inspeção processual**7.3.1 – Constações Vara do Trabalho de São Luís de Montes Belos**

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, NÃO CUMPRINDO, dessa forma, o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0010488-71.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010238-38.2016.5.18.0181; RTSum-0010076-43.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010018-40.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011046-43.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010504-25.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010077-28.2016.5.18.0181; RTSum-0011252-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010031-73.2015.5.18.0181).
2	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇA PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0011097-54.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011183-25.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010651-51.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010737-22.2016.5.18.0181 e RTOOrd-0010765-87.2016.5.18.0181).
3	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇA PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOOrd-0011097-54.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011001-39.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011183-25.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010651-51.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010017-55.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010737-22.2016.5.18.0181 e RTOOrd-0010765-87.2016.5.18.0181).
4	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇA PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença (processos: RTOOrd-0011097-54.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011183-25.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010651-51.2016.5.18.0181 e RTOOrd-0010765-87.2016.5.18.0181).
5	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são CUMPRIDAS as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias contidas no inciso I do referido artigo, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo. TODAVIA, deixa de constar a advertência contida no inciso II do artigo 81, referente ao descumprimento da obrigação (processos: RTOOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011554-86.2016.5.18.0181; RTSum-0010971-04.2016.5.18.0181).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011570-40.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011780-91.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010276-16.2017.5.18.0181; RTSum-0010321-20.2017.5.18.0181; RTSum-0010323-87.2017.5.18.0181; RTSum-0010670-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010128-05.2017.5.18.0181; RTSum-0010971-04.2016.5.18.0181).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados, DESCUMPRINDO o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOOrd-0011570-40.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011780-91.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010276-16.2017.5.18.0181; RTSum-0010321-20.2017.5.18.0181; RTSum-0010323-87.2017.5.18.0181; RTSum-0010670-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010680-04.2016.5.18.0181).
8	Nos processos a seguir relacionados foi constatado que a Secretaria da Vara do Trabalho notifica a reclamada para comparecer perante o NÚCLEO PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO, nos termos do art. 4º da Portaria TRT/SLMB nº 01/2014, para audiência inicial, aplicando-se as cominações previstas no artigo 844 da CLT em caso de não comparecimento, sendo a audiência conduzida pelo Magistrado. Não havendo conciliação, é designada audiência de INSTRUÇÃO (processos: RTSum-0010670-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011554-86.2016.5.18.0181).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTSum 0001195-14.2015.5.18.0181; RTSum-0010112-22.2015.5.18.0181; RTSum-0010188-46.2015.5.18.0181; RTOrd-0010190-79.2016.5.18.0181; RTSum-0000992-52.2015.5.18.0181).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança nos sistemas informatizados SAJ 18 e PJe o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum 0001195-14.2015.5.18.0181; RTSum-0010112-22.2015.5.18.0181; RTSum-0010188-46.2015.5.18.0181; RTOrd-0010190-79.2016.5.18.0181; RTSum-0000992-52.2015.5.18.0181).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o disposto no § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOrd-0011554-86.2016.5.18.0181).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança, no momento correto, o movimento referente ao início da execução, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011554-86.2016.5.18.0181; RTOrd-0010134-46.2016.5.18.0181; RTOrd-0010144-90.2016.5.18.0181; RTSum-0010120-62.2016.5.18.0181; RTSum-0010725-08.2016.5.18.0181; RTSum-0011815-51.2016.5.18.0181).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOrd-0011554-86.2016.5.18.0181; RTOrd-0010134-46.2016.5.18.0181; RTOrd-0010144-90.2016.5.18.0181; RTSum-0010725-08.2016.5.18.0181; RTSum-0011815-51.2016.5.18.0181).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança de forma INCORRETA o movimento referente ao INÍCIO da execução, inserindo-o COM ATRASO, não permitindo a pronta identificação do ato praticado e do estágio em que se encontra o processo, descumprindo o disposto no artigo 49 do PGC e no artigo 1º, inciso II, do Provimento TRT 18ª SCR Nº 3/2013 (processos: RTSum-0010858-50.2016.5.18.0181; RTOrd-0011554-86.2016.5.18.0181; RTSum-0010419-39.2016.5.18.0181; RTSum-0010535-45.2016.5.18.0181; RTSum-0010554-51.2016.5.18.0181).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 40 da LEF), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOrd-0010190-79.2016.5.18.0181; RTSum-0000992-52.2015.5.18.0181; RTOrd-0000965-69.2015.5.18.0181).
16	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e/ou dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd-0010110-18.2016.5.18.0181; RTOrd-0010680-04.2016.5.18.0181; RTOrd-0011045-58.2016.5.18.0181; RTSum-0010072-40.2015.5.18.0181; RTOrd-0011028-22.2016.5.18.0181; RTOrd-0010744-14.2016.5.18.0181).

Item	Constatações
17	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa certificando os feriados, indicando o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal para apreciação de recursos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010355-29.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010383-94.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010864-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011016-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010842-96.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010238-38.2016.5.18.0181).
18	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa de forma explícita os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010355-29.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010383-94.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010864-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011016-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010842-96.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010238-38.2016.5.18.0181).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010355-29.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010383-94.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010864-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011016-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010842-96.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010238-38.2016.5.18.0181).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010355-29.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010383-94.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010864-57.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011016-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010842-96.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010238-38.2016.5.18.0181).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa certificando os feriados, indicando o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ET-0011295-91.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010674-94.2016.5.18.0181).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ET-0011295-91.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010674-94.2016.5.18.0181).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ET-0011295-91.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010674-94.2016.5.18.0181).
24	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 07/11/2016 e 17/05/2017, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 21 (vinte e um) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 14 (quatorze) processos.
25	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 07/11/2016 e 17/05/2017, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira.
26	Analizados, em 18/05/2017, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 03 (três) dias para solução de incidentes na fase de execução, inferior aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (Processos: 1758-13.2012.5.18.181, 10538-97.2016.5.18.181, 502-30.2015.5.18.181, 10128-73.2015.5.18.181, 1857-46.2013.5.18.181, 3326-35.2010.5.18.181, 14-12.2014.5.18.181, 627-66.2013.5.18.181, 1628-52.2014.5.18.181 e 10269-58.2016.5.18.181).

7.3 – Constatações decorrentes da inspeção processual**7.3.2 – Constatações Posto Avançado de Iporá**

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO ARQUIVO, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010563-76.2017.5.18.0181; RTOOrd-0010012-67.2015.5.18.0181; RTOOrd-0011196-24.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011193-69.2016.5.18.0181; RTSum-0011174-63.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010685-26.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011623-21.2016.5.18.0181; RTSum-0010008-59.2017.5.18.0181; RTOOrd-0010589-11.2016.5.18.0181; RTSum-0011665-70.2016.5.18.0181).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum 0000004-24.2015.5.18.0151; RTOOrd-0000551-98.2014.5.18.0151 ; RTOOrd 0010409-92.2016.5.18.0181 e RTOOrd 0010411-62.2016.5.18.0181).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOOrd-0000491-28.2014.5.18.0151; RTSum 0000003-39.2015.5.18.0151; RTOOrd-0000176-97.2014.5.18.0151; RTOOrd 0010409-92.2016.5.18.0181 e RTOOrd 0010411-62.2016.5.18.0181).
4	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTSum-0010037-46.2016.5.18.0181; RTSum-0011112-23.2016.5.18.0181; RTSum-0011111-38.2016.5.18.0181; RTSum-0011008-31.2016.5.18.0181).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011830-20.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010105-93.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010131-57.2017.5.18.0181; RTSum-0010020-73.2017.5.18.0181; RTSum-0010037-46.2016.5.18.0181; RTSum-0011112-23.2016.5.18.0181; RTSum-0011111-38.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTSum-0011008-31.2016.5.18.0181).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados, DESCUMPRINDO o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTSum-0011830-20.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010105-93.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010131-57.2017.5.18.0181; RTSum-0010020-73.2017.5.18.0181; RTSum-0011112-23.2016.5.18.0181; RTSum-0011111-38.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTSum-0011008-31.2016.5.18.0181).
7	Nos processos a seguir relacionados, foi constatado que a Secretaria da Vara do Trabalho notifica a reclamada para comparecer perante o NÚCLEO PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO, nos termos do art. 4º da Portaria TRT/SLMB/POSTO AVANÇADO DE IPORÁ nº 01/2014, para audiência inicial, aplicando-se as cominações previstas no artigo 844 da CLT em caso de não comparecimento, sendo a audiência conduzida pelo Magistrado. Não havendo conciliação, é designada audiência de INSTRUÇÃO (processos: RTSum-0011830-20.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010105-93.2016.5.18.0181; RTSum-0010037-46.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTSum-0011008-31.2016.5.18.0181).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOOrd-0010242-75.2016.5.18.0181; RTSum-0010188-46.2015.5.18.0181).

9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJe o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010242-75.2016.5.18.0181; RTSum-0010188-46.2015.5.18.0181).
10	Nos processos a seguir relacionados, de EXECUÇÃO FISCAL, constatou-se que os editais de citação publicados pela Vara do Trabalho NÃO POSSUEM os números das CDA's, DESCUMPRINDO o disposto nos artigos 183 e 185 do PGC (processos: ExFis-0011039-51.2016.5.18.0181; ExFis-0010724-23.2016.5.18.0181; ExFis-0010556-21.2016.5.18.0181).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o disposto no § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010602-10.2016.5.18.0181; RTAlc-0010686-11.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010054-19.2015.5.18.0181).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança corretamente o movimento referente ao FIM (EXTINÇÃO) da execução, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010602-10.2016.5.18.0181; RTAlc-0010686-11.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010054-19.2015.5.18.0181; RTSum-0010037-46.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010270-43.2016.5.18.0181; RTSum-0010272-13.2016.5.18.0181).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010602-10.2016.5.18.0181; RTAlc-0010686-11.2016.5.18.0181; RTSum-0011497-68.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010054-19.2015.5.18.0181; RTOOrd-0010270-43.2016.5.18.0181; RTSum-0010272-13.2016.5.18.0181).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010409-92.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010411-62.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010334-53.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010441-97.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010519-91.2016.5.18.0181).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente logo após a liquidação da sentença transitada em julgado, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOOrd-0010653-21.2016.5.18.0181; RTOOrd 0001207-28.2015.5.18.0181).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO PROCEDE ao impulso de ofício da execução, DEIXANDO de utilizar sistematicamente os convênios dispostos no artigo 159 do PGC, resultando em FALTA DE MOVIMENTAÇÃO nesta fase há mais de 6 meses (processos: RTOOrd-0010409-92.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010411-62.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010334-53.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010441-97.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010519-91.2016.5.18.0181).
17	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais e dos acordos celebrados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010008-59.2017.5.18.0181; RTOOrd-0010652-36.2016.5.18.0181; RTSum-0010813-46.2016.5.18.0181; RTSum-0010494-78.2016.5.18.0181).

18	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa certificando os feriados, indicando o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal para apreciação de recursos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010132-13.2015.5.18.0181; RTOOrd-0010106-78.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011696-90.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010459-21.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010461-88.2016.5.18.0181).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa de forma explícita os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010132-13.2015.5.18.0181; RTOOrd-0010106-78.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011696-90.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010459-21.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010461-88.2016.5.18.0181).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010132-13.2015.5.18.0181; RTOOrd-0010106-78.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011696-90.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010459-21.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010461-88.2016.5.18.0181).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010132-13.2015.5.18.0181; RTOOrd-0010106-78.2016.5.18.0181; RTOOrd-0011696-90.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010459-21.2016.5.18.0181; RTOOrd-0010461-88.2016.5.18.0181).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0000552-83.2014.5.18.0151; RTOOrd-0000407-66.2010.5.18.0151).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ET-0010046-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0000552-83.2014.5.18.0151; RTOOrd-0000407-66.2010.5.18.0151).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, nos sistemas informatizados PJe e SAJ-18, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ET-0010046-08.2016.5.18.0181; RTOOrd-0000552-83.2014.5.18.0151; RTOOrd-0000407-66.2010.5.18.0151).

